

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

LIDIANY ALVES DA SILVA

**“SÓ EU VAGUEIO A SUSPIRAR, CHORANDO, SEM LUZ E SEM AMOR”**: estudo  
sobre o índice de violência sexual contra as mulheres no município de Macaíba/RN

Natal - RN

2017

LIDIANY ALVES DA SILVA

**“SÓ EU VAGUEIO A SUSPIRAR, CHORANDO, SEM LUZ E SEM AMOR”**: estudo  
sobre o índice de violência sexual contra as mulheres no município de Macaíba/RN

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como exigência parcial para o título de  
Bacharel em Serviço Social, apresentado ao  
Departamento de Serviço Social da  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Mônica Maria Calixto

Natal - RN

2017

LIDIANY ALVES DA SILVA

**“SÓ EU VAGUEIO A SUSPIRAR, CHORANDO, SEM LUZ E SEM AMOR”**: estudo  
sobre o índice de violência sexual contra as mulheres no município de Macaíba/RN

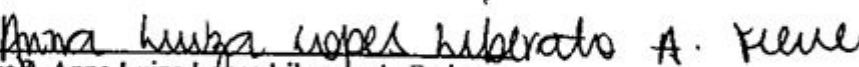
Monografia examinada e aprovada em sua redação final pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como pré-requisito avaliativo para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Natal, 04 de Dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Mônica Maria Calixto  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Prof. Anna Luiza Lopes Liberato A. Freire  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Alexandra Silva de Lima  
Instituto Santos Dumont

*Dedico este trabalho ao meu pai, por me incentivar na leitura desde criança e acreditar em mim; à minha avó, minha mãe de criação, falecida neste ano, que junto com minha tia e meu pai me ensinaram o que é amar incondicionalmente. Vocês foram a minha âncora nessa jornada universitária e sempre iluminaram meu caminho. Todos os meus passos são dados por vocês!*

## AGRADECIMENTOS

Depositar em uma lauda o agradecimento a todas as pessoas e acontecimentos que passaram pela minha vida, que contribuíram para chegar até aqui hoje, é um grande desafio. Tenho a compreensão de que essa conquista é fruto de várias mãos que passaram pela minha trajetória nesses 23 anos de existência. Por isso, as pessoas aqui citadas serão apenas algumas das tantas que me influenciaram a trilhar pelo caminho que hoje encerra uma etapa para dar lugar ao novo que virá.

Sou grata ao meu pai, meu maior incentivador na vida. Ele foi e continua sendo a pessoa que mais acredita em meu potencial e que me incentivou em duas das coisas que eu mais amo fazer hoje: ler e escrever. Mesmo sem a presença da minha mãe biológica na minha vida, ele demonstrou o que é ser um homem e pai de verdade, o que infelizmente não é o que ocorre na maioria dos casos na realidade brasileira.

À minha avó, Alzira, minha inspiradora, símbolo da força da mulher nordestina, da resistência ao machismo e a violência do seu esposo, que colocou no mundo e influenciou o caráter da pessoa que eu mais amo: meu pai. Seu falecimento nessa etapa final do curso me desestabilizou em virtude da surpresa que foi, mas foi por ela que eu decidi terminar o trabalho e concluir esses 4 anos. Como diria a música da Maria Gadú, “Dona Cila”, feita para sua avó também falecida, tenho a certeza que de todo amor que eu tenho, metade foi tu que me deu!

À minha tia Acrêva, minha segunda mãe que também cuidou de mim a vida inteira, por quem eu tenho uma preocupação especial no momento, que cuidou da minha avó nos seus últimos anos de vida, mas que assim como meu pai e eu conviveu praticamente todos os anos de existência própria com ela. A senhora e pai também são meus principais motivos para concluir o curso agora e voltar para casa o quanto antes.

Ao meu namorado, Marcos, meu amor de adolescência e da vida adulta, que me incentivou ao longo desses anos de curso a seguir as ideias que eu tinha, pelo carinho, cuidado e paciência quando eu precisava estar ausente, mas que sempre arranjou um tempo para estarmos juntos. Você foi meu suporte nessa cidade longe dos meus familiares e creio que também sou assim para você.

Às minhas companheiras e amigas de sala do início ao fim do curso, Claudia, Daluz, Marcella e Verônica, que me fortaleceram enquanto estudante e ser humano. Aos nossos momentos compartilhados, de preocupações e angústias, mas também das alegrias e realizações vividas, sempre lembrados nas nossas confraternizações semestrais: obrigada! Agradeço por tudo que vocês são. Sempre haverá um pouco de vocês em mim!

Ao Instituto Federal do Rio Grande do Norte campus Ipanguaçu e toda a equipe de servidores, pela base crítica e visão cidadã, que me incentivaram pelo caminho da justiça social e cujo aprendizado sem sombra de dúvidas foi o que me guiou para o Serviço Social. Essa escola, especificamente esse campus, marcou a minha vida de 2010 a 2014 e será sempre meu exemplo de educação que pode interferir nos rumos desse país!

Ao Instituto Santos Dumont e ao Centro de Educação e Pesquisa em Saúde, especialmente na pessoa de Alexandra Lima, por me mostrarem concretamente que a utopia serve para não deixar de caminhar. Foi uma experiência única vivenciar o cotidiano de trabalho de uma instituição que prioriza o cuidado humano.

À minha orientadora Mônica Calixto, um dos maiores presentes que eu pude receber no ano de 2017, pelo exemplo de ser humano e de educadora, que prioriza o afeto no contato com seus alunos. Suas palavras mostraram que eu realmente estava no caminho certo diante da escolha que fiz de neste ano colocar meus familiares, amigos e a mim mesma como prioridade. A senhora me surpreendeu, porque não tinha esperanças de ter contato com uma docente universitária tão amiga. És inspiração!

Obrigada a todos e todas pelo afeto. Acredito que nos caminhos mais difíceis de seguir é o amor que nos move e que fornece o combustível necessário para trilhar em meio às adversidades. Ele permite que olhemos para as situações problemáticas e veja nelas a possibilidade de fortalecer o autoconhecimento e alimentar a sabedoria.

A vida adulta e as responsabilidades com a universidade podem adoecer uma mente inquieta, mas foi o amor dessas e tantas outras pessoas, o agradecimento pela vida e pelas conquistas já alcançadas, que consegui o equilíbrio necessário na etapa do trabalho de conclusão de curso. Esse período marcou o momento da graduação em que mais estive centrada, mas com leveza e boas vibrações por finalmente entender o que é mais importante para mim, que é a minha família, meus amigos e, minha saúde física e mental.

Gratidão!

## MELANCOLIA

*Sinto no peito o coração bater  
Com tanta força que me causa medo...  
Será a Morte, meu Deus? Mas é tão cedo!  
Deixai-me inda viver.*

*Tudo sorri por este campo em flor,  
O Amor e a Luz vão pelo Céu boiando...  
Só eu vagueio a suspirar, chorando  
Sem Luz e sem Amor.*

*Lutando sempre com uma dor cruel  
Cheia de tédio e desespero, às vezes;  
Minh'alma já tragou até às fezes  
O cálice de fel.*

*E o coração no seio a palpitar,  
Como se acaso não tivesse crença,  
Pulsa com a força indefinida, imensa,  
Dos vagalhões do Mar.  
(Auta de Souza, poetisa macaibense)*

*A impressão que eu tenho é de não ter envelhecido, embora eu esteja instalada na velhice. O tempo é irrealizável. Provisoriamente, o tempo parou para mim. Provisoriamente. Mas eu não ignoro as ameaças que o futuro encerra como também não ignoro que é o meu passado que define a minha abertura para o futuro. O meu passado é a referência que me projeta e que eu devo ultrapassar. Portanto, ao meu passado eu devo o meu saber e a minha ignorância, as minhas necessidades, as minhas relações, a minha cultura e o meu corpo. Que espaço o meu passado deixa para a minha liberdade hoje? Não sou escrava dele. O que eu sempre quis foi comunicar da maneira mais direta o sabor da minha vida. Unicamente, o sabor da minha vida. Acho que eu consegui fazê-lo. Vivi num mundo de homens guardando em mim o melhor da minha feminilidade. Não desejei nem desejo nada mais do que viver sem tempos mortos.  
(Simone de Beauvoir, Trecho da peça "viver sem tempos mortos")*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2. “SINTO NO PEITO O CORAÇÃO BATER/ COM TANTA FORÇA QUE ME CAUSA MEDO... / SERÁ A MORTE, MEU DEUS? MAS É TÃO CEDO!”</b>	<b>17</b>
2.1 Os dados da violência sexual contra a mulher no Brasil	17
2.2. Caracterização do município de Macaíba no Rio Grande do Norte: partindo do solo concreto	22
<b>3. “LUTANDO SEMPRE COM UMA DOR CRUEL/ CHEIA DE TÉDIO E DESESPERO”</b>	<b>28</b>
3.1 O Centro de Educação e Pesquisa em Saúde - CEPS Anita Garibaldi e a implantação do Serviço de Referência para Atenção a Crianças, Adolescentes e Mulheres Vítimas de Violência Sexual	28
3.2 A Rede de Proteção às mulheres vítimas de violência sexual: avanços alcançados e descompassos	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>49</b>

## RESUMO

A violência contra a mulher vem sendo alvo de diversos estudos e ocupando espaço na agenda pública do Brasil. Desde a década de 1980 o país vem avançando no debate, propondo legislações e políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher. No entanto, pouco tem se avançado na desconstrução das relações de dominação que designam ao homem o poder sobre o corpo das mulheres, o que configura um dos motivos da persistência da violência, aqui especificamente a modalidade sexual. Tendo como horizonte a justiça social e a defesa dos direitos humanos, o Serviço Social e outras profissões vem discutindo essa temática e tecendo possibilidades concretas de enfrentamento. Fruto do processo de inserção e vivência no campo de estágio obrigatório em Serviço Social realizado no Centro de Educação e Pesquisa em Saúde - CEPS Anita Garibaldi, uma das unidades do Instituto Santos Dumont em Macaíba, que atende as demandas da saúde materno-infantil e da reabilitação de pessoas com deficiência, este trabalho situa-se no como uma ferramenta que pode servir para subsidiar o trabalho em equipe. A motivação para a realização desse estudo surgiu a partir da participação enquanto estagiária nos atendimentos realizados no Serviço de Referência para Atenção a Crianças, Adolescentes e Mulheres Vítimas de Violência Sexual em que foi possível perceber a recorrência desse tipo de violência no município em que está situado o Anita Garibaldi cotidianamente. No entanto, não há registrado nenhum estudo que analise os dados referentes à violência sexual em Macaíba, instrumento que pode servir de base para a atuação da rede que atende essas vítimas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi desenvolver um estudo que subsidiasse a Rede de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Sexual tendo em vista contribuir para que o conjunto de profissionais que a compõe perceba o perfil das ocorrências e a partir disso trace as estratégias de enfrentamento. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, trazendo elementos que caracterizam a realidade foco do estudo, mas sintonizando com o debate nacional sobre os avanços e retrocessos da Rede de Atendimento.

**Palavras-chave:** Mulheres, Políticas Públicas, Rede de Proteção, Violência sexual.

## ABSTRACT

The violence against women has been the target of several studies and has occupied the public agenda in Brazil. Since the 1980s this country has been advancing in the debate, proposing legislation and public politics to prevent and combat violence against women. A little progress has been made in deconstructing the relations of domination that designate for men the power over the body of women, which constitutes one of the reasons for the persistence of violence, specifically the sexual modality. With social justice and the defense of human rights on the horizon, Social Service and other professions have been discussing this issue and creating concrete possibilities for confrontation. Advance of the insertion and experience in Social Work required internship done at the Center for Education and Research in Health - CEPS Anita Garibaldi, one of the units of the Santos Dumont Institute in Macaíba, which meets the demands of maternal and child health and rehabilitation of people with disabilities, this can be a tool for support teamwork. The motivation for this study emerged from participating as a trainee in the attendances happened at the Reference Service for Attention to Children, Adolescents and Women Victims of Sexual Violence, which it was possible to perceive the daily recurrence of this type of violence in the municipality where Anita Garibaldi is located. However, there is no recorded study that analyzes the data regarding sexual violence in Macaíba, an instrument that can serve as a basis for the job of the network that attend these victims. Therefore, the objective of this monography was to develop a study that would subsidize the Network of Protection to Women Victims of Sexual Violence with the goal to contribute to the group of professionals that compose it to realize the profile of the occurrences and from this point develop confront strategies. The methodology used was the bibliographical and documentary research, bringing elements that characterize the reality focus of this study, but tuning with the national debate about the advances and setbacks of the Service Network.

**Keywords:** Women, Public politics, Network of Protection, Sexual Violence.

## INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher no Brasil em suas múltiplas expressões vem cada vez mais atingindo patamares maiores no que se refere aos índices dos casos notificados. Soma-se a isso uma realidade ainda mais ampla da resignação da mulher diante de atos violentos, seja por vergonha de se expor, por medo de ser revitimizada nos serviços da rede de atendimento ou mesmo por ameaça do agressor, que culminam na subnotificação dos ocorridos.

A área da saúde, desde os anos 1990 se tornou um dos espaços que compõem a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, com destaque para a violência sexual através da publicação da Norma Técnica “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes”, em 1998 pelo Ministério da Saúde. As ações previstas incluíam atendimento de prevenção e tratamento da violência sexual para mulheres e meninas.

Dentro desse contexto, destaca-se também a promulgação da Lei Nº 10.778, de 24 de novembro de 2003 que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, dos casos de violência contra a mulher que forem atendidos nos serviços de saúde públicos ou privados, o que significou uma importante ferramenta de acompanhamento do índice de violência já que, como expresso anteriormente, a maioria das mulheres não registram queixa nos serviços de segurança pública.

Essa demanda no município de Macaíba, estado do Rio Grande do Norte, é atendida, dentre outras unidades de saúde, pelo Centro de Educação e Pesquisa em Saúde - CEPS Anita Garibaldi, local em que nos anos de 2016 a 2017 foi possível realizar o Estágio Obrigatório em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O Centro é vinculado ao Instituto Santos Dumont (Organização Social) e presta serviços ambulatoriais às mulheres com gestação de alto risco, mas atende também outras demandas através de projetos específicos, como é o caso do Serviço de Referência para Atenção a Crianças, Adolescentes e Mulheres Vítimas de Violência Sexual, incluído no projeto “Fazendo Direitos(s): a interdisciplinaridade direito-saúde como ferramenta para a prevenção e redução da violência contra a mulher”. Foi portanto, a vivência nesse espaço de atuação do/a assistente social que motivou a realização desse estudo.

Nesse sentido, contribui pensar que durante o estágio a/o discente tem a possibilidade de mobilizar a apreensão crítica da realidade, processo que é fundamentado ao cursar as

disciplinas da grade curricular, aliada à proposição de ações interventivas e/ou investigativas. Trata-se de uma dinâmica que mobiliza a apreensão dos elementos concretos da realidade social na sociabilidade capitalista, permitindo a visualização das contradições fortemente marcadas nas desigualdades sociais, mas também abrindo espaço para o desenvolvimento das estratégias de enfrentamento.

Constituído por três atores — estudante, supervisor de campo e supervisor acadêmico — o estágio pode ser considerado como um período de construção coletiva do processo de ensino-aprendizagem que possibilita à/ao aluna/o maior aproximação com a realidade cotidiana de trabalho ao mesmo tempo em que exige a articulação das dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica da profissão, despertando a/o discente para a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as diversas expressões da Questão Social. Diante do exposto, a motivação deste estudo surgiu do anseio de investigar mais a fundo uma das realidades vivenciadas no estágio supervisionado curricular obrigatório realizado no Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS).

Percebeu-se através da participação nos atendimentos, enquanto estagiária, do Serviço de Referência para Atenção a Crianças, Adolescentes e Mulheres Vítimas de Violência Sexual que há o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho mais humana no que se refere ao atendimento da vítima.

Visando a menor exposição possível da vítima de violência sexual, a Unidade propõe-se a realizar o atendimento através da escuta qualificada com a participação de diversos profissionais da saúde. Configura-se como uma abordagem em que a/o usuária/o expõe a situação vivenciada de uma só vez para o corpo de profissionais, sem ter que passar por cada um deles e contar o mesmo relato, tendo que revisitar várias vezes uma lembrança que traz sofrimento, sequelas físicas e emocionais.

Além disso, a rede de atendimento em Macaíba encontra-se num processo de articulação maior através dos encontros mensais entre os trabalhadores do Anita Garibaldi e de outras instituições da saúde, mas também da Assistência Social, Segurança Pública etc que recebem em seus serviços a demanda da violência sexual. No entanto, a complexidade dessa realidade vem reivindicando o maior aprofundamento sobre a situação que se encontra o município de Macaíba como forma de melhor embasar a equipe para um atendimento mais qualificado.

Isso se evidencia à medida que a realidade da violência contra a mulher, aqui tratando especificamente da violência sexual na cidade a que se refere este estudo, vem sendo cada vez mais frequente nos atendimentos dos serviços de saúde, o que demonstra a necessidade de ampliar as estratégias de enfrentamento. É, portanto, nesse campo que este Trabalho de Conclusão de Curso buscou estar situado.

Como uma inquietação também do Serviço Social e da gerência da unidade, preocupava saber se essas(es) usuárias(os) deram seguimento ao atendimento realizado no serviço de referência através da denúncia nas delegacias de polícia civil e, os rumos que o processo deu ao chegar à Vara Criminal de Macaíba do Tribunal de Justiça do RN (TJRN).

Nesse sentido, portanto, atender a essa demanda traz a necessidade de extrapolar os encaminhamentos na esfera da saúde e da segurança pública, sendo importantíssimo refletir sobre essa realidade no intuito de fortalecer as políticas públicas e a rede de proteção para as vítimas de violência sexual em Macaíba/RN.

Todavia, faltam dados registrados sobre essa violação de direitos no que se refere ao processo de acolhimento da demanda na área da saúde e as denúncias que foram feitas nos órgãos de segurança pública, o que dificulta até mesmo a reflexão sobre a eficácia da rede de proteção às vítimas de violência sexual porque não existem estudos que mostrem como vem acontecendo a continuidade do atendimento dessa demanda nas instituições em que passa.

Mobilizada por essas questões, partiu-se também do entendimento de que o profissional de Serviço Social, pelas particularidades da sua formação, tem a possibilidade de contribuir para o aprofundamento do conhecimento da realidade social em que está inserido no espaço sócio-ocupacional, favorecendo a maior aproximação com o seu objeto de intervenção. Sendo assim, visualizou-se nesse serviço ofertado no campo de estágio a oportunidade de desenvolver um estudo que subsidiasse o fortalecimento da Rede de Proteção às Vítimas de Violência Sexual tendo em vista esclarecer o perfil das ocorrências e que a partir disso os profissionais que compõem a Rede tracem as estratégias de enfrentamento.

É nesse campo, portanto, que se fundamenta a principal contribuição desse trabalho: estudar os indicadores da violência sexual contra a mulher no município de Macaíba, realidade ainda pouco ou nada sistematizada em trabalhos deste cunho. Entretanto, é uma necessidade problematizar e levantar esse debate na realidade de que trata este estudo em virtude da recorrência dos atendimentos a essa demanda, principalmente no âmbito da saúde.

Fez-se necessário, portanto, desvendar essa realidade no intuito de trazer à tona os dados referentes ao atendimento das mulheres vítimas de violência sexual, mas também discutir os significados que essas informações impõem na sociedade brasileira, abordando o que vem avançando e o que ainda precisa caminhar nas estratégias de enfrentamento dessa expressão da Questão Social.

Pretendeu-se, assim, contribuir com o processo investigativo sobre os determinantes sociais que influenciam nessa realidade, tendo como perspectiva fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra as mulheres e as instituições sociais que lidam com essa demanda. A proposta aqui delineada é, então, fortalecer a rede de proteção às mulheres e se constituir como pontapé inicial para o levantamento dos dados referentes à temática nas particularidades do município de Macaíba.

Diante do exposto, os objetivos específicos foram pensados no intuito de trazer para o trabalho os dados das denúncias na delegacia de Polícia Civil, dos processos na Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e das Notificações Compulsórias realizadas no CEPS Anita Garibaldi. A partir desses elementos, seria configurado o índice de violência sexual contra a mulher no município de Macaíba/RN no período de junho de 2015 a junho de 2017 através da realização de um estudo de cunho documental (com dados do município) e bibliográfico.

No entanto, por questões burocráticas não foi possível ter acesso aos documentos supracitados, que seriam a fonte principal para os apontamentos realizados no TCC. Apesar disso, manteve-se a proposta do objetivo principal de trazer elementos para subsidiar a Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual, não sendo necessário, portanto, a modificação do objeto de estudo. Diante disso, as principais categorias utilizadas para a compreensão do objeto foram violência contra a mulher, saúde, Estado e, Políticas Públicas.

O percurso metodológico adotado partiu da compreensão, conforme Marsiglia (2009), de que a pesquisa é uma das formas de produzir conhecimento que passa pelo processo de sucessivas aproximações com a realidade e permite explicá-la através de apontamentos essenciais. Desvelar o real, portanto, requer a definição da metodologia adotada, esta entendida como o caminho definido pelo pesquisador para interpretar a realidade.

Partindo-se dessa compreensão e, diante das requisições que o objeto desse estudo impôs, utilizou-se como método a ontologia histórico-social (TONET, 2016)<sup>1</sup> por entender que ele é o que melhor conduz na realização dos objetivos propostos no trabalho.

De caráter exploratório, uma vez que o trabalho se aproxima de uma tendência que ocorre na realidade, mas trazendo as particularidades do município de Macaíba/RN, este TCC contribuiu para a compreensão de questões que, no contexto social que o objeto de estudo está inserido, ainda não existe um conhecimento sistematizado.

Diante desse contexto, no que se refere à abordagem, escolheu-se a modalidade quanti-qualitativa, posto que para configurar o índice da violência foi necessário quantificar o número de ocorrências, compreendendo assim um importante dado sobre a realidade, mas que não fala por si e requer a interpretação do seu significado através da perspectiva de análise qualitativa por apresentar um lado impossível de se refletir em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2002). Em outras palavras, trabalha com significados, crenças, valores e atitudes, portanto, elementos profundos que não se explicam através de variáveis.

No que se refere aos documentos utilizados, destaca-se os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010, 2016 e 2017), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, legislações sociais, mas também da instituição participante do estudo.

No âmbito da pesquisa bibliográfica, as principais fontes foram livros, monografias, publicações de revistas e artigos científicos. O parâmetro da escolha do material bibliográfico foi a partir da aproximação que ele tinha com o campo temático do objeto do estudo. Foram destacados os temas, os conceitos e as considerações relevantes para a investigação do objeto

---

<sup>1</sup> Ivo Tonet em “Método Científico: uma abordagem ontológica” (2016) vem trazendo uma análise histórica da utilização do método científico durante a trajetória humana. Ele afirma que existem duas perspectivas predominantes: o ponto de vista gnosiológico e o ponto de vista ontológico, diferenciando assim de gnosiologia e ontologia. O primeiro ponto de vista é caracterizado pelo método científico moderno que tem como prioridade o sujeito: “ênfatiza-se, neste caso, não só o caráter ativo do sujeito no processo de conhecimento, mas especialmente, o fato de que é ele que constrói (teoricamente) o objeto. [...] É ele que colhe os dados, classifica, ordena, organiza, estabelece as relações entre eles e, desse modo, diz o que o objeto é” (p. 16), portanto, aqui os grandes formadores do conhecimento são os indivíduos singulares. Dentro desse ponto de vista científico, o método é “um conjunto de regras e procedimentos previamente estabelecidos, que podem ser apreendidos separadamente do objeto e que serão aplicados na realização do conhecimento” (p. 88) ou seja, tem como fundamento a relação teoria para aplicar na realidade e a ideia de neutralidade. Já o segundo ponto de vista adota como eixo prioritário o próprio objeto, buscando assim aquilo que é a sua essência e não apenas o que é empírico. Nesse contexto, não cabe ao sujeito criar (teoricamente) o objeto, mas traduzi-lo. Em conclusão, dentro desse ponto de vista a primeira pergunta não é que meios utilizar para conhecer o ser, mas sim o que é o ser, o que é a realidade. No entanto, esse ponto de vista não é uniforme, existem outras abordagens que o tem com fundamento, podendo então partir de uma ontologia metafísica ou histórico-social (TONET, 2016).

através de um roteiro de leituras, preenchendo sempre ao final de cada análise dos materiais uma planilha elaborada no Documentos Google. As principais autoras(es) utilizados foram Araújo e Silva (2016), FBSP (2016), Behring e Boschetti (2011), Yazbek (2012), Minayo (2006) Massula (2006) e Safiotti (2015).

Os dados foram analisados, refletidos e interpretados para trazer à tona novos elementos que contribuíssem no processo de compreensão da realidade tema deste estudo, tornando-se importante ferramenta para configurar e caracterizar a violência sexual contra a mulher no município de Macaíba. Dessa forma, os dados quantitativos e qualitativos foram tabulados e analisados a partir do processo de separação por núcleos temáticos e categorias.

Dividido em três capítulos, a estrutura do trabalho foi pensada para a discussão sobre os dados da violência sexual contra a mulher no Brasil e as políticas públicas de proteção nos dois primeiros capítulos, enquanto que o último discute as sínteses provisórias e os apontamentos para a atuação da rede de proteção em Macaíba.

Ademais, o título dos capítulos são recortes de poemas escritos por duas mulheres que viveram em séculos e lugares diferentes: uma nordestina, natural da cidade de que trata este TCC e outra francesa, auto-declarada feminista. Por pouco as duas não coexistiram no mesmo ano. Auta de Souza faleceu em 1901 deixando belíssimas obras que compuseram a chamada segunda geração romântica brasileira e, oito anos depois nasceria Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir, uma ativista política que iria impactar o mundo com suas discussões de gênero e patriarcado.

Essas mulheres são símbolo de resistência, do lugar que vieram e desta obra. Suas falas utilizadas aqui tem como objetivo trazer maior sensibilização à temática, muitas vezes retratadas de forma esvaída do profundo significado que tem a violação do corpo para aquelas que sofreram essa violência.

Não são números em estatísticas, são vidas que foram ceifadas com uma lembrança do horror que pode mostrar como é ser mulher em uma sociedade patriarcal. Diante disso, o estudo a seguir está organizado em dois capítulos, sendo o primeiro voltado para a discussão sobre o panorama da violência sexual contra as mulheres no Brasil, particularizando a realidade do município de Macaíba/RN, enquanto que o segundo se volta a perspectiva do enfrentamento dessa realidade, ponderando o lugar do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde - CEPS Anita Garibaldi e a Rede de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Sexual.

## **2. “SINTO NO PEITO O CORAÇÃO BATER/ COM TANTA FORÇA QUE ME CAUSA MEDO... / SERÁ A MORTE, MEU DEUS? MAS É TÃO CEDO!”**

Inspirada pela temática e tendo como símbolo da poesia macaibense a poetiza Auta de Souza, o título deste capítulo remete à um de seus poemas que podem facilmente ser interpretados à luz da violência sexual contra a mulher na pele daquela que a vivenciou. Uma dor que nenhuma mulher espera passar, uma recordação perversa que pode trazer sequelas para o resto da vida.

A violência contra a mulher é uma vertente da violação aos direitos humanos das mulheres que faz parte da dinâmica mundial, refletindo que não há território específico para a sua incidência, embora haja espaços em que sua manifestação é mais forte e naturalizada. Percebe-se, portanto, que trata-se de uma violência que não tem fronteiras geográficas, mas sim uma raiz profunda marcada pela concepção de domínio das mulheres pelos homens que perpassa décadas e sociedades distintas.

Embora seja importante analisar como se dá esses processos em espaços-tempo diversos, uma vez que a violência contra a mulher não é homogênea em todos os países do mundo e também diferencia-se conforme as décadas, este estudo debruça-se especificamente sobre as particularidades que convergem na realidade brasileira como ferramenta para melhor compreender as expressões que se apresentam no local que se materializa o objeto de estudo, o município de Macaíba. Nesse sentido, este capítulo traz como contribuição a análise sobre o dados estatísticos da violência sexual contra a mulher no Brasil, adentrando para a discussão das suas especificidades em Macaíba.

### **2.1 Os dados da violência sexual contra a mulher no Brasil**

Segundo Minayo (2006), a violência é múltipla. Sua origem advém da língua latina e significa força associada à concepção de constrangimento e utilização da superioridade física sobre o outro. Nesse sentido, trata-se de um termo que está relacionado com a disputa de poder com o objetivo de dominar, ter posse ou aniquilar o outro ou seus bens.

Apesar da existência de leis para punir as violências, sabe-se que algumas delas são aprovadas hegemonicamente e também não são punidas por lei (MINAYO, 2006). No entanto, essas práticas se modificam conforme se dá o processo sócio-histórico.

Nesse sentido, como as formas que a violência se apresenta tem relação com as transformações que ocorrem na realidade, compreende-se, portanto, o seu caráter mutável que, a depender da época, da cultura, dos valores ideopolíticos, do local ou da circunstância pode ser tolerada ou não. Diante disso, a autora afirma que “encerrar a noção de violência numa definição fixa e simples é expor-se a reduzi-la, a compreender mal sua evolução e sua especificidade histórica” (MINAYO, 2006, p. 13).

Dentro desse diálogo, Saffioti (2015) também compreende a diversidade que perpassa a violência de gênero, mas considera como elemento central de análise nesse processo a vertente da “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (p. 18).

No que se refere ao universo concreto dos espaços cotidianos, sabe-se que a violência representa uma das principais causas de morbidade e mortalidade de jovens. Além disso, o homicídio em espaços públicos é o local da violência que mais atinge os homens, enquanto que é na esfera da vida privada que as violências mais acometem as mulheres (DREZETT, 2003).

Em se tratando da violência sexual, esta possui raiz histórica na realidade brasileira que remonta ao período da colonização portuguesa e o saqueamento dos corpos das mulheres indígenas e negras, constantemente relatado nos livros de história como processo de “miscigenação”. Além de violação aos direitos humanos, a violência sexual é uma questão de saúde pública.

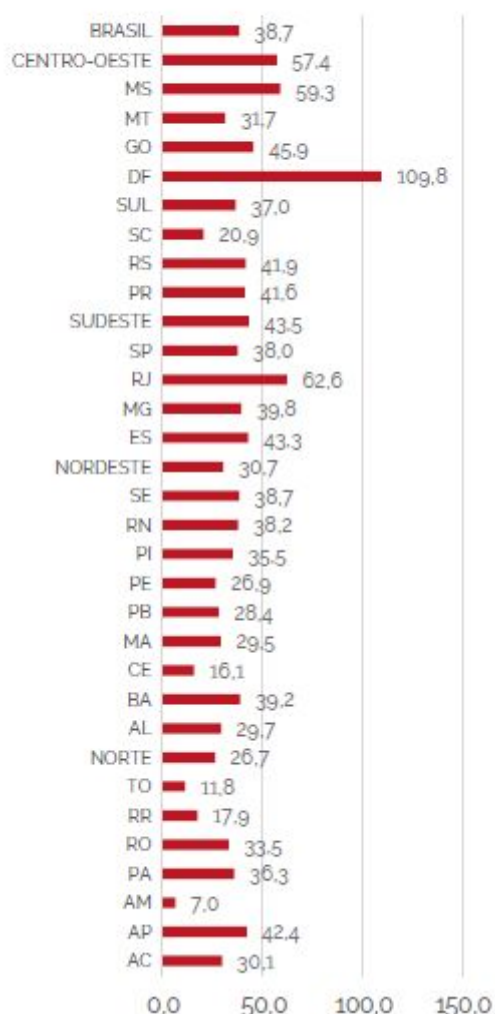
Diante disso, cabe destacar que a temática da violência tem sido um tema amplamente estudado na contemporaneidade, não só na teoria social crítica, mas também por várias vertentes que compõem o campo do conhecimento sobre a realidade. Dentro desse contexto, historicamente recorrente e atingindo patamares cada vez maiores nas estatísticas está a violência contra a mulher, nas suas múltiplas expressões.

Segundo o documento “Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais” (2016) emitido pelo Observatório da Mulher contra a Violência (ligada ao Instituto de Pesquisa DataSenado do Senado Federal), no ano de 2014 o Disque 180 registrou a taxa de 38.7 relatos de violência por 100 mil mulheres, como pode ser visto no gráfico abaixo:<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Gráfico extraído do “Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais”, p. 7, realizado pelo Instituto de Pesquisa DataSenado e publicado pelo Senado Federal em 2016.

Gráfico 4 - Relatos de violência (100 mil mulheres) 2014 - Ligue 180/SPM



Analisando-se as regiões brasileiras, a Centro-Oeste lidera a pesquisa em número de denúncias realizadas ao 180, superando a média nacional com 57,4 ocorrências por 100 mil mulheres, como é o caso também da região Sudeste, com a taxa de 43,5. Já as regiões Sul, Nordeste e Norte registraram valores abaixo da média nacional. Ademais, o gráfico acima configura as violências sofridas por essas mulheres sem distinguir as suas particularidades, mas abordando-as de forma generalizada.

No que se refere especificamente à violência sexual, o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicou dados referentes à violência sexual coletados através das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na modalidade de crimes contra a liberdade sexual. Os números dizem respeito aos anos de 2014 e 2015, apresentando a realidade brasileira de forma

geral e como isso se dá em cada Estado. Além disso, o FBSP classificou os crimes em estupro e em “tentativa de estupro” (considerado pelo código penal como ato libidinoso, incluído, portanto, na definição de estupro), como pode ser verificado na tabela que segue:<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Gráfico extraído do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, p. 35, publicado em 2016 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

**TABELA 15**Crimes contra a liberdade sexual <sup>(1)</sup>, por tipo*Brasil e Unidades da Federação – 2014-2015*

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados <sup>(2)</sup>	Brasil e Unidades da Federação	Estupro <sup>(3)</sup>				Tentativa de estupro <sup>(4)</sup>			
		Ns. Absolutos		Taxas <sup>(5)</sup>		Ns. Absolutos		Taxas <sup>(5)</sup>	
		2014 <sup>(6)</sup>	2015	2014 <sup>(6)</sup>	2015	2014 <sup>(6)</sup>	2015	2014 <sup>(6)</sup>	2015
	<b>Brasil</b>	<b>50.438</b>	<b>45.460</b>	<b>24,9</b>	<b>22,2</b>	<b>7.846</b>	<b>6.988</b>	<b>3,9</b>	<b>3,4</b>
Grupo 1	Alagoas	565	516	17,0	15,4	70	62	2,1	1,9
	Bahia	2.712	2.428	17,9	16,0	327	286	2,2	1,9
	Ceará	1.687	1.580	19,1	17,7	190	234	2,1	2,6
	Distrito Federal	777	624	27,2	21,4	87	75	3,1	2,6
	Espírito Santo	238	203	6,1	5,2	196	181	5,0	4,6
	Goiás	605	537	9,3	8,1	472	393	7,2	5,9
	Maranhão	1.019	952	14,9	13,8	268	232	3,9	3,4
	Mato Grosso	1.300	1.478	40,3	45,3	142	188	4,4	5,8
	Mato Grosso do Sul	1.414	1.429	54,0	53,9	135	155	5,2	5,8
	Minas Gerais	4.001	3.970	19,3	19,0	750	696	3,6	3,3
	Pará	2.927	2.751	36,1	33,5	185	177	2,3	2,2
	Paraná	4.298	4.120	38,8	36,9	502	532	4,5	4,8
	Pernambuco	2.231	1.892	24,0	20,2	343	241	3,7	2,6
	Piauí	481	539	15,1	16,8	113	118	3,5	3,7
	Rio de Janeiro	5.676	4.887	34,5	29,5	596	488	3,6	2,9
	Rio Grande do Norte	323	320	9,5	9,3	14	20	0,4	0,6
	Rio Grande do Sul	3.176	1.754	28,3	15,6	842	511	7,5	4,5
Roraima	278	180	55,9	35,6	47	42	9,5	8,3	
Santa Catarina	2.832	2.695	42,1	39,5	655	697	9,7	10,2	
São Paulo	10.026	9.265	22,8	20,9	1.422	1.335	3,2	3,0	
Sergipe	510	442	23,0	19,7	47	44	2,1	2,0	
Grupo 2	Acre	478	524	60,5	65,2	...	...	...	...
	Amapá	343	286	45,7	37,3	23	18	3,1	2,3
	Paraíba	367	290	9,3	7,3	22	20	0,6	0,5
	Rondônia	778	692	44,5	39,1	86	80	4,9	4,5
	Tocantins	425	380	28,4	25,1	51	50	3,4	3,3
Grupo 3	Amazonas	971	726	25,1	18,4	261	113	6,7	2,9

No entanto, sabe-se que o percentual apontado pelas pesquisas sobre as taxas de ocorrência da violência não diz respeito ao índice real das ocorrências em virtude da subnotificação dos casos, como apontado em estudo pelo Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada realizado em 2013. A estimativa realizada através do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), que continha questões sobre violência sexual, foi a de que ocorra anualmente no país 527 mil tentativas ou casos de estupro consumados, dos quais apenas 10% são reportados à polícia.

Diante disso, percebe-se que esses números expressam elementos parciais de uma realidade brasileira mais ampla. Apesar de se pensar, a priori, que as maiores taxas de violência contra a mulheres se concentrem na região Norte e Nordeste em virtude da formação sócio-histórica desses territórios, os dados apontam para outra direção, o que justifica portanto a necessidade do cuidado nas análises sobre essa realidade.

O questionamento que pode ser feito é: será que de fato os maiores índices de ocorrência acontecem nos Estados da Região Centro-Oeste, Sudeste e Sul ou na verdade as regiões Norte e Nordeste possuem as maiores taxas de subnotificação? Não teria a formação sócio-histórica desses estados uma contribuição importante para pensar essa temática? Essa é uma discussão que será apontada no segundo item deste capítulo.

## **2.2. Caracterização do município de Macaíba no Rio Grande do Norte: partindo do solo concreto**

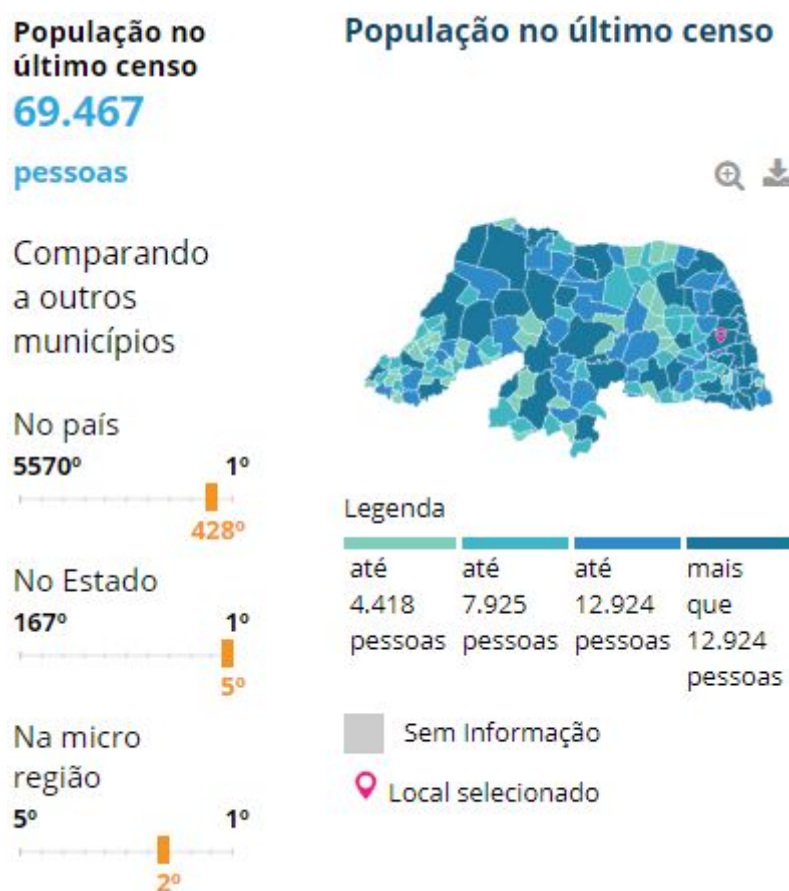
Para compreender a temática da violência sexual contra a mulher em Macaíba, uma vez que este estudo parte do processo de vivência no estágio obrigatório em Serviço Social, é importante apreender as múltiplas determinações que convergem nessa realidade e que a particularizam. Nesse sentido, o que se segue é uma análise dos dados obtidos a partir de uma pesquisa documental sobre o município.

Em termos geográficos, a cidade Macaíba está situada na mesorregião leste potiguar, a 20km da capital do Estado, e compõe a Região Metropolitana de Natal. O nome faz alusão à uma espécie de palmeira localizada na residência de Fabrício Gomes Pedroza, um dos primeiros moradores do território. No século XVIII o município tinha a denominação de Povoação de Coité, tornando-se Povoação de Macaíba em 1868 e em 1889 adquire foro de cidade (IBGE, 1960).

Segundo o Brasil em Sínteses, o sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que reúne dados sobre os municípios e estados brasileiros, no último censo realizado, em 2010, apontou que 69.467 pessoas residiam na cidade em Macaíba. A

estimativa é que em 2017 a cidade tenha 80.031 pessoas. Esse dado coloca o município como o 5ª mais populoso do Estado do Rio Grande do Norte, ocupando a 2ª posição na região em que está situada.

No que se refere aos dados sobre a renda da população, as informações disponibilizadas no Brasil em Sínteses mostram que no ano de 2015 o salário médio mensal dos trabalhadores formais, aqueles com registro em Carteira de Trabalho Profissional, era de 1.8 salários mínimos, como pode ser visualizado no gráfico abaixo<sup>4</sup>:



Já quando trata-se da renda por domicílios, os dados mostram que 44.5% da população nessas condições vivem com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa<sup>5</sup>, colocando a cidade em 143º do total de 167 municípios do estado.

<sup>4</sup> Figura obtida a partir do sítio eletrônico do IBGE no ano de 2017 que reúne dados sobre as cidades brasileiras, o Brasil em Síntese, disponível no endereço: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/macaiba/panorama>.

<sup>5</sup> O dado se refere ao percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo, cuja equação é assim representada: [população residente em domicílios particulares permanentes com rendimento mensal de até 1/2 salário mínimo/população total residente em domicílios particulares permanentes] x 100 (IBGE, 2017b).

Além disso, o sítio eletrônico apresenta a proporção das pessoas ocupadas<sup>6</sup>(12.579 pessoas) em relação à população total, representando 16.1%<sup>7</sup>. Esse dado coloca o município na posição de 19º em comparação com outros do estado do Rio Grande do Norte e em 2º lugar na Região Metropolitana de Natal.

No que se refere especificamente à economia, em 2014 o município tinha o Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 17.659,32. Em 2015, o município tinha 82.6% do seu orçamento advindo de fontes externas. Dentro desse panorama, a cabe ainda dizer que Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), segundo dados de 2010 foi de 0,64. No âmbito da educação, o sítio eletrônico do IBGE Cidades traz informações referentes às notas apenas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ano de 2015. No entanto, neste trabalho entende-se que as informações mais relevantes para conhecer a realidade educacional do município não são alusivas a nota média dos/as estudantes, única informação veiculada no sítio eletrônico referente à temática, embora caiba dizer que nos anos finais do ensino fundamental a média das notas tenha sido reduzida.

O quadro da saúde também apresenta um arsenal de informações extremamente reduzidas, publicizados apenas os dados sobre a mortalidade infantil no ano de 2014, internações por diarreia em 2016 e a quantidade de estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (27 no total no ano de 2009).

O que todas essas informações mostram é que há em Macaíba uma desigualdade social forte e latente. Praticamente metade da população sobrevive com metade do salário mínimo para atender todas as suas necessidades humanas básicas, o que demonstra uma parcela significativas de pessoas na pobreza.

É importante frisar que neste trabalho parte-se do entendimento que a pobreza tem uma relação com as expressões da violência, mas não diretamente. Adota-se aqui a concepção de que a pobreza não determina a existência da violência, de forma isolada, numa relação de causa e efeito. No entanto, entender as contradições teóricas e as expressões concretas da pobreza contribuem para analisar como ela pode influenciar a existência da violência

---

<sup>6</sup> O termo é utilizado pelo IBGE em diversas pesquisas e censos com significados diferentes conforme a modalidade da pesquisa e o ano de coleta dos dados. Neste trabalho, a noção a que o órgão se remete está atrelada ao Censo Cadastro 1995 em que pessoal ocupado significa pessoas efetivamente ocupadas em 31 de dezembro no ano de referência da pesquisa, com vínculo empregatício, incluindo também os proprietários e sócios com atividade na unidade local. Ademais, essa noção considera também as pessoas afastadas em gozo de férias, licenças, seguros por acidente etc., mas exclui os membros da família sem remuneração (IBGE, 2017a).

<sup>7</sup> Essa relação diz respeito à fórmula para obter os dados da população ocupada, que é calculada através da seguinte equação: [pessoal ocupado no município/população total do município] x 100 (IBGE, 2017b).

enquanto uma das manifestações da Questão Social, esta compreendida como fundante no capitalismo. Diante disso, é importante salientar e explicitar a concepção de pobreza adotada neste trabalho. Parte-se fundamentalmente das contribuições desenvolvidas no campo do Serviço Social, principalmente de Yazbek (2012) e Silva (2010).

Predomina do discurso ideológico dominante que ela é fruto da escassez dos meios de subsistência, da carência (Silva, 2010), o que revela a intenção de escamotear suas raízes fundantes. No entanto, no campo teórico-conceitual do Serviço Social hegemonicamente tem-se a noção da pobreza como uma das expressões da Questão Social<sup>8</sup>, o que significa dizer que ela tem relação com a forma de organização e produção desta sociabilidade.

Nesse sentido, a pobreza tem sua raiz nas contradições próprias do modo de produção capitalista que, ao se alimentar da acumulação de capital através da exploração da força de trabalho produz também a miséria no seu sentido mais amplo. Trata-se de uma categoria histórica construída na trama das relações sociais e, portanto, não pode ser tida como natural.

Partindo desse contexto, Yazbek (2012) afirma que os “pobres” são produtos dessas relações desiguais que perpassam tanto o plano econômico quanto o social, político e cultural. Eles ocupam “um lugar onde são desqualificado por suas crenças, seu modo de se expressar e seu comportamento social, sinais de ‘qualidades negativas’ e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social” (p. 289).

Diante disso, não é apenas no plano material que a pobreza se manifesta. Ela se caracteriza como uma categoria multidimensional que se expressa também pela falta de direitos, de oportunidades e acesso às informações.

Silva (2010) afirma que essa temática vem sendo objeto de estudo no campo teórico-conceitual por diversas correntes do conhecimento, mas também é tida como elemento de preocupação para a intervenção social. A pobreza, embora seja estrutural ao modo de produção capitalista, vem sendo alvo de regulação com tentativas de redução ou amenização das suas expressões para que não comprometa a manutenção do sistema de produção.

---

<sup>8</sup> Parte-se da concepção de que “a Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p. 27). Ela passa a ter reconhecimento público enquanto tal a partir do momento em que a classe operária ingressa no cenário político apresentando demandas e exigindo o reconhecimento como classe ao empresariado e ao Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983).

Yazbek (2012) e Silva (2010) afirmam que existem diferentes concepções de pobreza<sup>9</sup>. Para a primeira autora, do ponto de vista conceitual predomina-se 1) a diversidade dos fundamentos teórico metodológicos, aparecendo as correntes positivistas (funcionalistas, estruturalistas) e marxistas; 2) compreensões sobre o desenvolvimento sócio-histórico e político da sociedade capitalista; 3) abordagens que tentam mensurar a pobreza (do ponto de vista monetário ou indicadores multidimensionais) para a definição de indicadores sociais .

Já a segunda autora identifica três concepções de pobreza, estas usualmente utilizadas tanto para explicar quanto também inspirar a construção de políticas de intervenção: as abordagens culturalistas, centradas na explicação que se orienta pelos comportamentos e valores dos sujeitos, que interpreta a pobreza sob valores morais e culpabiliza os pobres pelas suas condições de existência; o ponto de vista liberal, predominante nas políticas públicas, que atribui ao mercado a função de ser o espaço da satisfação das necessidades humanas, tendo as políticas públicas apenas caráter residual e compensatório nos casos de pobreza extrema; e as abordagens estruturais que se baseiam nas categorias de classes sociais, exército industrial de reserva, lumpemproletariado, exploração e desigualdade (SILVA, 2010).

No que se refere às mulheres, segundo Massula (2006) nos finais do século XX e início do século XXI vive-se um processo de feminização da pobreza. Ela utiliza dados do IBGE de 2003 que apontou a existência de 28,8% das famílias brasileiras encabeçadas por pessoas do sexo feminino, um índice que cresceu 23% nos dez anos anteriores à publicação da autora. No entanto, enquanto cresce o número de família chefiadas por mulheres, o mercado de trabalho continua a remunerar de forma desigual homens e mulheres, contribuindo assim para que mais lares sobrevivam com pouca renda. Soma-se a isso a falta de serviços públicos que poderiam facilitar a mulher na inserção no mercado de trabalho, como creches, restaurantes e lavanderias comunitárias.

Diante do exposto neste tópico, pode-se perceber que o município de Macaíba é marcado pela desigualdade social e concentração de renda, motivo pelo qual motivou a iniciativa de Miguel Nicolelis em investir no desenvolvimento de um pólo científico nessa região do Nordeste brasileiro com a criação do Instituto Santos Dumont, que tem como uma de suas sedes o Centro de Educação e Pesquisa em Saúde (CEPS Anita Garibaldi), que foi

---

<sup>9</sup> Outras abordagens sobre a pobreza são estudadas por Grisotti e Gelinski (2010), em que elas destacam quatro visões parciais: a teoria do capital humano; a percepção a partir dos níveis de renda; a teoria das capacidades de Amartya Sen; e a noção de underclass, adotada nos Estados Unidos que culpabiliza os pobres pela sua condição.

campo do Estágio Supervisionado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, abordado no capítulo seguinte.

### **3. “LUTANDO SEMPRE COM UMA DOR CRUEL/ CHEIA DE TÉDIO E DESESPERO”**

A violência sexual contra a mulher é uma das expressões da Questão Social que não tem distinção de território. Ela está presente em sociedades do mundo todo, diferenciando aí alguns elementos que vão particularizar a realidade de cada país.

Ademais, como fenômeno universal, ela atinge mulheres de todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas. Diante disso, trata-se de uma realidade complexa com múltiplas dimensões, mas com um fator em comum: o ser mulher.

Diante dessa realidade, os países sintonizados com a perspectiva dos direitos humanos e das mulheres vem adotando formas de prevenir a ocorrência desse tipo de violação e proteger as mulher nas situações já vivenciadas. De acordo com diversos tratados internacionais, o Brasil vem desenvolvendo desde a década de 1980 algumas ações que marca o avanço na luta do combate à violência contra as mulheres.

Admitindo a recorrência da violência sexual e das consequências que isso traz para as vítimas, este capítulo busca abordar os avanços e os impasses alcançados no desenvolvimento da Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência sexual no Brasil e em Macaíba.

#### **3.1 O Centro de Educação e Pesquisa em Saúde - CEPS Anita Garibaldi e a implantação do Serviço de Referência para Atenção a Crianças, Adolescentes e Mulheres Vítimas de Violência Sexual**

Com a intenção de contribuir com o desenvolvimento científico no Brasil, utilizando a neurociência como meio de transformação social, Miguel Nicolelis, fundador do Instituto Santos Dumont em seu livro “Made in Macaíba” (2016) conta a história do processo de gestação criativa do instituto que tinha como foco inicial a criação de um Instituto Internacional de Neurociências.

No entanto, o pesquisador brasileiro que desenvolveu boa parte de suas pesquisas nos Estados Unidos, escolheu propositalmente a região Nordeste, mais precisamente o território da Grande Natal em virtude do baixo Índice de Desenvolvimento Humano do estado do Rio Grande do Norte.

Na publicação aqui mencionada, o autor afirma que no começo do século XXI apenas o

estado de São Paulo correspondia a 80% das produções científicas do país, recebendo recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e cerca de 50% dos recursos de agências financiadoras federais – do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Ademais, ele afirma ainda que se fossem somadas também as produções do Rio de Janeiro e Minas Gerais poder-se-ia dizer que ali estavam todas as produções científicas do país e praticamente todo o recurso de apoio à pesquisa do governo federal.

Foi tendo como base esses dados, e partindo dos estudos referentes ao desenvolvimento científico e social vivenciado nos EUA com o avanço da pesquisa nos estados pouco desenvolvidos que Nicolelis fez a defesa da descentralização geográfica científica do Brasil e apostou na transformação social, assim dita por ele, através do desenvolvimento de um polo científico num dos estados mais pobres e que menos investem na educação pública do país, o RN (NICOLELIS, 2016).

Nesse sentido, o Centro de Educação e Pesquisa em Saúde, CEPS Anita Garibaldi integra o quadro das unidades do Instituto Santos Dumont, criado em abril de 2004 como Associação Alberto Santos Dumont para Apoio à Pesquisa - AASDAP, que atuava como uma instituição privada sem fins lucrativos configurada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). O objetivo na época era a gestão de recursos públicos e privados na implantação de projetos sociais e pesquisas científicas (AASDAP, 2017). Já o CEPS é voltado predominantemente para a promoção da saúde materno-infantil e formação de profissionais de saúde, situando-se no município de Macaíba.

O Centro atende apenas usuários e usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), integra a Rede Cegonha e, desde 2016, a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência. Nesse sentido, é custeado pelo SUS, no que se refere aos atendimentos ambulatoriais, e pela Secretaria Estadual de Saúde do RN quando se trata do Centro Especializado em Reabilitação III (CER III).

No entanto, presta também outros serviços à população usuária do SUS, como o serviço de atendimento às vítimas de violência sexual para crianças, adolescentes e mulheres (identificadas por gênero). Esse serviço compõe uma rede de atendimento às vítimas de violência sexual do município, funcionando conforme os protocolos de referência e

contrarreferência das demandas através de uma discussão articulada e permanente entre os/as trabalhadores/as da saúde que compõem essa rede.

Localizado na Rodovia RN 160, Km 1,5, no 2010, distrito de Jundiá, o Centro funciona das 8hs às 17hs de segunda a sexta. Todos os serviços e atividades ofertadas são vinculados aos 8 (oito) projetos desenvolvidos pela unidade (INSTITUTO SANTOS DUMONT, 2017, s.p).

Enquanto ISD, a entidade se configura como uma organização de direito privado, atuante no Nordeste brasileiro, que foi qualificada como Organização Social em 2014 através do Decreto da Presidência da República, em conformidade com a Lei 9.637/1998 que “dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências” (BRASIL, 1988).

A missão da organização é “promover educação para a vida, formando cidadãos por meio de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão e contribuir para a transformação mais justa e humana da realidade social brasileira” (INSTITUTO SANTOS DUMONT, 2017, s.p).

No seu quadro, o ISD atualmente possui seis unidades. Duas delas são Centros de Educação Científica (CECs) com localizações em Natal (RN) e Serrinha (BA). Anualmente eles oferecem cerca de 1.400 vagas para alunos de escola pública que estejam cursando o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano). Os centros atuam com atividades no contraturno escolar dos/as estudantes oferecendo oficinas de educação científica nas áreas de ciência e tecnologia, biologia, química, física, história, arte, robótica, comunicação e meio ambiente. As atividades são desenvolvidas em turmas de até 25 (vinte e cinco) alunos sob a orientação de dois educadores por oficina (INSTITUTO SANTOS DUMONT, 2017).

Além disso, o ISD é responsável pelo Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IINN-ELS) e o Campus do Cérebro, este em fase final de construção. Todos são localizados em Macaíba (RN) (INSTITUTO SANTOS DUMONT, 2017).

O IINN-ELS desenvolve pesquisas duas linhas temáticas: a Interface Cérebro-máquina e a Neuromodulação. Essa unidade vem oferecendo desde 2013 o curso de Mestrado em Neuroengenharia, certificado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES (INSTITUTO SANTOS DUMONT, 2017). O Campus do Cérebro que

está em fase de finalização deverá comportar também a Escola de Educação Básica Lygia Maria e o IINN-ELS.

No que se refere à estrutura administrativa, o ISD possui o Conselho de Administração do instituto formado pelo fundador da organização e membros representantes do Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação e da sociedade civil. O presidente é Miguel Nicoletis. A sede fica localizada em São Paulo, SP, na Rua Paulistânia, 381, Conjunto 51.

Já a diretoria é composta por cinco especificações: Diretor -Geral, Diretor de Administração, Diretor do Centro de Ensino e Pesquisa, Diretor dos Centros de Educação Científica, Diretor da Escola de Educação Básica, cargo ainda vago uma vez que a unidade está em fase de construção.

No que se refere ao CEPS, conhecido também por Anita Garibaldi, esse é dedicado “à formação, ao desenvolvimento e à educação permanente de profissionais de saúde, atuando como serviço de referência em saúde materno-infantil” (INSTITUTO SANTOS DUMONT, 2017, s.p.).

Atualmente o instituto mantém um contrato de gestão com o Ministério da Educação, possibilitando o custeio do boa parte de suas atividades, e tem parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte mediante Convênio N° 4750.11.03.14. no intuito de possibilitar o desenvolvimento de atividades acadêmicas e estágio curricular obrigatório para estudantes de graduação e pós-graduação dos cursos de enfermagem, fisioterapia, psicologia, medicina e serviço social da universidade (INSTITUTO SANTOS DUMONT, 2017).

A missão desta unidade é “contribuir para a formação de profissionais de saúde capazes de aliar qualificada formação técnico-científica com atitudes ético-humanísticas que os possibilitem exercer a integralidade da atenção à saúde com ênfase na humanização do cuidado e na responsabilidade social” (INSTITUTO SANTOS DUMONT, 2017, s.p).

Seus objetivos são os de atuar na formação, desenvolvimento e educação permanente de profissionais de saúde, desenvolvendo ações de ensino, pesquisa e extensão centradas nas concepções de responsabilidade social, equidade, qualidade e eficiência, para gerar evidências científicas, desenvolver estratégias e promover parcerias capazes de fortalecer e auxiliar o Sistema Único de Saúde (INSTITUTO SANTOS DUMONT, 2017).

Para atender a esses objetivos, o Centro desenvolve diversas atividades que se inserem nos projetos de pesquisa e extensão e estão alocados nos serviços desenvolvidos pela unidade.

A partir de 2017, o Serviço de Referência para Atenção a Crianças, Adolescentes e Mulheres Vítimas de Violência Sexual integra o projeto Fazendo Direito(s): a interdisciplinaridade direito-saúde como ferramenta para a prevenção e redução da violência contra a mulher.

O serviço de atendimento às vítimas de violência sexual funciona em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde Pública e por meio do Programa Estadual de DST's, AIDS e Hepatites Virais, com ênfase na profilaxia pós-exposição sexual das infecções sexualmente transmissíveis para a Microrregião de Macaíba.

Diante disso, é importante entender que na área da saúde, porta de entrada dessa demanda, conforme o fluxo de atendimento estabelecido no município, o Anita realiza a Notificação Compulsória, segundo as recomendações do Ministério da Saúde, e preenche a Ficha de Atendimento Multidisciplinar. Este último é um instrumento desenvolvido e utilizado pelo Centro para registrar os dados do atendimento e anexar no prontuário da/o usuária/o, mas a queixa prestada na delegacia depende da escolha da vítima.

Já o Projeto Fazendo Direitos(s) surgiu em 2015 como atividade pensada, planejada e executada por estudantes de graduação do curso de Direito da UFRN cujo objetivo era o de discutir temas diversos referentes aos direitos sociais com as gestantes e os(as) seus(uas) acompanhantes. Em 2016 ele foi incorporado aos projetos da unidade em virtude da percepção da equipe multiprofissional, direcionando para a discussão da temática referente à violência contra a mulher, bastante identificada pelos profissionais de saúde nas usuárias durante os atendimentos ambulatoriais.

Nesse sentido, Fazendo Direitos(s) passou a se constituir como um projeto para discutir e desmistificar a violência contra a mulher, direcionando a realização de atividades não só para as usuárias do CEPS Anita Garibaldi, mas também para contribuir com a educação permanente dos trabalhadores da saúde de Macaíba e para alertar a população macaibense em geral. Tanto o serviço quanto o projeto tinha uma coordenação, respectivamente, e a partir da incorporação passou a haver duas coordenações.

No âmbito teórico-metodológico, o projeto se baseia principalmente na Lei Nº 11.340/2006, conhecida também como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher além de dispor sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e alterar o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal (BRASIL, 2006).

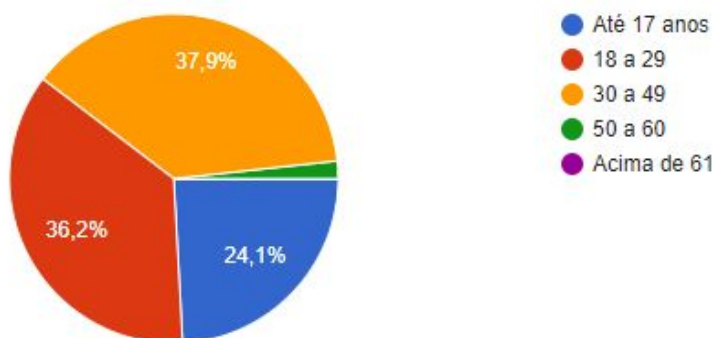
As mulheres e crianças atendidas pelo serviço de atendimento às vítimas de violência sexual possuem perfil que condiz com a maioria das mulheres atendidas nos outros serviços da unidade. Nesse sentido, cabe aqui resgatar um estudo realizado durante o Estágio I no CEPS Anita Garibaldi onde foi aplicado um questionário para configurar o perfil dos(as) usuários(as) atendidos na unidade, integrando assim parte do Cenário Institucional.

A coleta dos dados ocorreu durante o mês de outubro de 2016, sendo tabulados 58 questionários no total. A plataforma utilizada, a do Google Forms, serviu não só para registrar os dados colhidos, mas também gerar os gráficos que serão apresentados a seguir.

No que se refere à idade dos(as) entrevistados(as), a pesquisa mostrou que a maioria dos(as) usuários(as) estão na faixa etária de 30 a 49 anos, representando 37,9% do total, destacando-se nesse grupo as mulheres gestantes. No entanto, a quantidade de pessoas atendidas no CEPS com idade compreendendo de 18 a 29 anos também apresentou dados expressivos, uma vez que dos 58 formulários respondidos 36,2% eram pessoas nessa faixa etária, como pode ser verificado no gráfico abaixo<sup>10</sup>:

## Idade

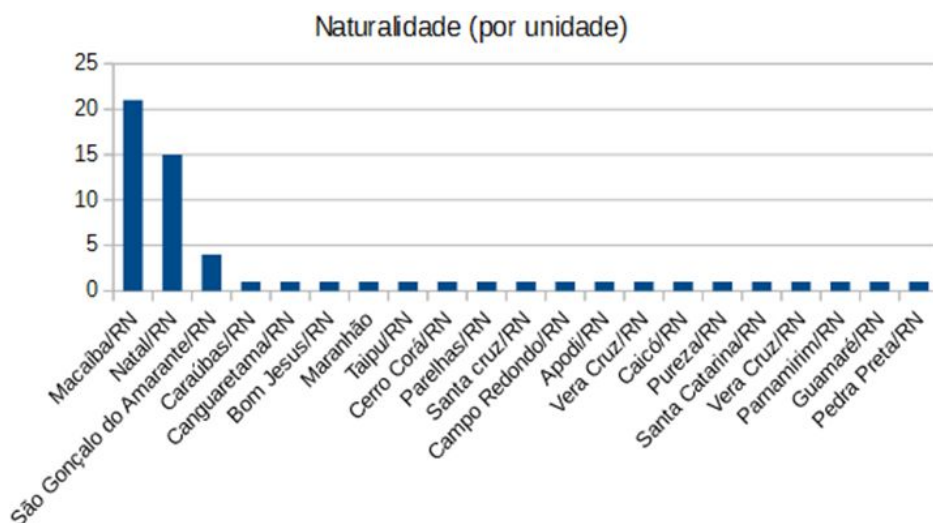
58 respostas



Sobre a naturalidade, a maioria dos(as) usuários(as) são oriundos/as do estado do Rio Grande do Norte, tendo como principal local de nascimento a cidade de Macaíba com um percentual de 22%, seguido por Natal com 15% e São Gonçalo do Amarante<sup>11</sup>:

<sup>10</sup> Gráfico colhido do Cenário Institucional.

<sup>11</sup> Gráfico colhido do Cenário Institucional.

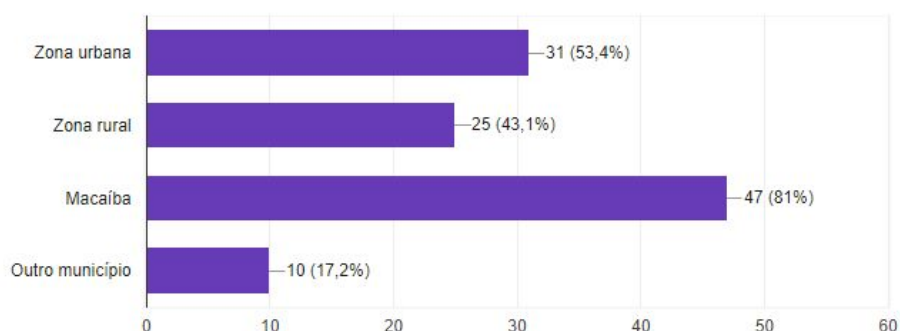


Essas três cidades compõem a Região Metropolitana de Natal. No entanto, foi possível perceber que há usuários advindos de outros municípios mais distantes, localizados no interior do Estado. Todavia, ao analisar a localidade de moradia atual desses usuários, viu-se que 81% das pessoas entrevistadas residem em Macaíba enquanto que apenas 17,2% disseram morar em outro município.

Ademais, considerando o município em que esta unidade do ISD está presente e os demais do estado do RN, verificamos que 53,4% dos entrevistados moram na zona urbana e 43,1% na zona rural<sup>12</sup>. Esses dados são extremamente expressivos se pensarmos no contexto de como essas proporções estão presentes em Macaíba que, segundo pesquisa realizada pelo IBGE em 2010, era uma cidade composta por uma população que 61% residia na zona urbana em detrimento dos outros 39% que residiam na rural (CENSO, 2010).

### Procedência

58 respostas

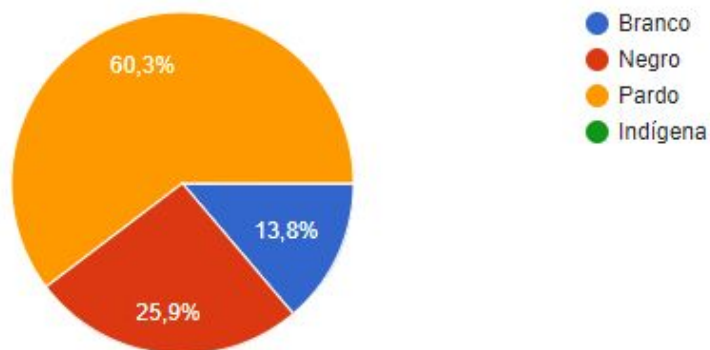


<sup>12</sup> Gráfico colhido do Cenário Institucional.

No que se refere à etnia, a maioria das pessoas, 60,3%, se consideram pardas e 25,9% se autodeclaram negras<sup>13</sup>.

### Etnia

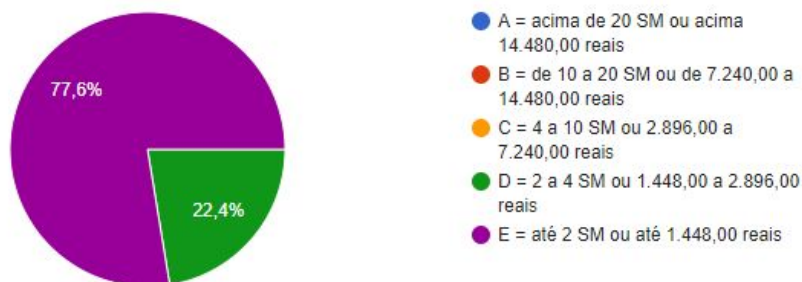
58 respostas



Na abordagem socioeconômica familiar, definiu-se como faixa salarial cinco opções de resposta, partindo da concepção de estratificação social na qual a população do brasileira é classificada por “classes” econômicas A, B, C, D e E, mas ressalta-se aqui a não adoção dessa perspectiva conceitual por entender que a renda sozinha não dita a posição dos sujeitos no modo de produção capitalista, e sim o tipo de propriedade que cada um detém: dos meios de produção ou da força de trabalho. No entanto, no gráfico abaixo pode-se visualizar as respostas obtidas sobre as “classes” econômicas utilizada como critério de inserção nos programas sociais do governo federal<sup>14</sup>:

### Faixa salarial da família

58 respostas



<sup>13</sup> Gráfico colhido do Cenário Institucional.

<sup>14</sup> Gráfico colhido do Cenário Institucional.

Nota-se que que 77,6% dos/as usuários/as do Anita Garibaldi têm uma faixa salarial de até dois salários mínimos e 22,4 % entre dois e quatro salários mínimos. Nas respostas da questão sobre o tipo de trabalho que realizam, a maioria dos/as entrevistados/as disseram que trabalham cuidando da casa em que moram, sem exercer atividade remunerada. Relação que pode ser estabelecida com o gênero predominante na coleta dos dados: o feminino. Sobre ser beneficiário ou não de algum programa social, metade respondeu que não está incluído em nenhum programa dessa modalidade, enquanto que os demais disseram estar cadastrados/as no Programa Bolsa Família (44,83%), Programa Minha Casa Minha Vida (3,45%) e Benefício de Prestação Continuada (1,72%).

Já em relação à escolarização, os dados apontam que a maioria dos(as) usuários(as) estudou até o ensino fundamental, sem finalizar, o que representa 25,9% dos(as) entrevistados. Em segundo lugar, está o ensino médio completo, representando 20,7% do total, seguido do curso técnico completo/incompleto com 17,2% e o ensino médio incompleto, 15,5%

No que se refere às condições de habitação, 67,2% possuem moradia própria e apenas 13,8% moradia alugada. Ademais, todos/as os/as entrevistados/as disseram que a casa em que moram é de alvenaria e o banheiro é dentro de casa. 86,2% disseram que possuem água encanada e 94,8% afirmaram existir o registro de consumo de energia. Sobre a quantidade de cômodos na casa, 32 dos 58 participantes da pesquisa relataram existir cinco espaços na habitação, entrando na contagem o banheiro.

Diante do exposto, percebe, portanto, que a questão da pobreza e das condições de vida escassa prevalece preponderante nos dados obtidos com a aplicação do questionário, sendo a maioria dos/as entrevistados/as compostos por mulheres.

### **3.2 A Rede de Proteção às mulheres vítimas de violência sexual: avanços alcançados e descompassos**

No estado do Rio Grande do Norte, no ano de 2014 foram registrados 18,2 casos de estupro por 100 mil mulheres, segundo afirma o Panorama da Violência Contra as Mulheres no Brasil, do Observatório da Mulher Contra a Violência (Senado Federal), com base na publicação do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

O número representa uma taxa inferior à metade da taxa de estupros registrada no país. No que se refere aos dados registrados na Polícia Civil do Estado, o documento destaca que o RN não disponibiliza relatórios periódicos com os dados consolidados. No CEPS Anita Garibaldi, só na primeira semana de execução do serviço de referência para atenção a crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência sexual foram registrados cinco casos no atendimento. Porém, apesar desses indicadores, o número das mulheres vítimas de violência sexual é ainda maior, uma vez que muitas delas não denunciam com medo de represália ou por desgaste emocional.

Diante dessa realidade adversa e de tantas outras expressões da Questão Social, os Estados vem desenvolvendo ações no intuito de combater e/ou melhorar o atendimento das mulheres vítimas de violência sexual.

No entanto, compreende-se que toda ampliação de direitos perpassa a luta de classes, sendo as políticas sociais e públicas conquistas da classe subalterna que, ao se ver imersa numa realidade violenta, em todos os aspectos possíveis, busca na resistência e na organização política formas de pressionar e conquistar direitos. Nesse sentido, como forma de contextualizar rapidamente o surgimento das políticas sociais, utilizar-se-á as contribuições dadas por Behring e Boschetti (2011) sobre os fundamentos e história das políticas sociais.

As autoras afirmam que não se tem como precisar o período de surgimento, mas afirmam que

sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa Ocidental do final do século XIX (Pierson, 1991), mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945) (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 47).

Nesse sentido, algumas legislações vigoraram na Europa Ocidental no período que antecede o capitalismo. A sociedade naquela época ainda não privilegiava a esfera do mercado e assumia algumas responsabilidades sociais, aliada à filantropia e à caridade privada, caracterizando assim como as protoformas das políticas sociais.

Todavia, essas legislações pregavam o imperativo do trabalho à todos aqueles que dependiam dele para sobreviver, além de obrigar o pobre a aceitar qualquer tipo de trabalho e proibir a mendicância daqueles aptos fisicamente a trabalhar. Ademais, as leis da época criavam um parâmetro entre os pobres “merecedores” (de auxílios) e os “não merecedores”.

Os primeiros eram aqueles que não tinham condições de trabalhar, por isso recebiam algum tipo de assistência mínima sob o signo do dever moral da ajuda cristã.

Esse caráter das protoformas das políticas sociais se manteve até o período de transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, quando a classe trabalhadora passou a reagir, na segunda metade do século XIX, à exploração extenuante da força de trabalho. Portanto,

as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento - em geral setorializadas e fragmentadas - às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

Diante disso, o Estado passou, por um lado, a reprimir os trabalhadores e, de outro, conceder a regulamentação do trabalho através de uma legislação fabril. De forma geral é o que também aconteceu no Brasil no processo de regulamentação dos direitos sociais e das leis que coibissem a violência contra a mulher, tema desse estudo.

Apreendendo as determinações que confluem nessa realidade, o Estado brasileiro desde 2003 vem desenvolvendo políticas públicas que se propõem ao enfrentamento à violência contra a mulher como estratégia para a criação e desenvolvimento de Redes de Proteção e Enfrentamento.

A palavra rede, do latim rete (-is), segundo o Dicionário Priberam de Língua Portuguesa, tem como um de seus significados “malha feita de fios entrelaçados com espaços regulares” (2017, s.p.). No âmbito das discussões teóricas na literatura, Castells (2000), autor amplamente reconhecido pelas suas contribuições na discussão desse conceito, denomina que “as redes são estruturas abertas que podem se expandir infinitamente, formando novos nós” (apud NJAINE et al, 2007, p. 1314).

Significa dizer que as redes não são acabadas nem estáticas. Nesse sentido, o autor reafirma a natureza dinâmica da rede, mas define que é necessário um elemento que ligue seus integrantes entre si, compartilhando valores e objetivos em comum. Para além disso, Castells (2000) pondera a relação entre a sociedade da informação e a capacidade de concentração de poder que as redes podem adquirir com finalidades mercadológicas, uma discussão que não será aqui abordada.

No Brasil, a constituição da Rede de Proteção às mulheres vítimas de violência sexual advém de um longo processo de avanços legais, mas retrocessos que são vivenciados e

visíveis na esfera concreta do cotidiano na sociedade. Nesse sentido, partindo do entendimento que analisar os determinantes de uma realidade específica é um caminho possível para a apreensão crítica das contradições sociais, ressalta-se aqui a importância de atribuir significado ao processo sócio-histórico de construção dessa rede.

Segundo Massula (2006), a expressão “violência contra as mulheres” começa a ser utilizada no Brasil pelo movimento feminista e de mulheres durante a década de 1970, momento em que se começa a reconhecer que há um padrão de violência que acomete as mulheres em relação desproporcional aos homens.

Na década de 1980 foi criado o SOS mulher, serviço pioneiro no atendimento direto às mulheres vítimas de violência prestando atendimento social, jurídico e psicológico. A iniciativa serviu de modelo para que outras entidades, com destaque para as Organizações Não-Governamentais do movimento feminista e de mulheres, criassem outros serviços semelhantes (MASSULA, 2006).

Sendo assim, passou a ser de reconhecimento público a necessidade de uma rede de atendimento às mulheres vítimas de violência que prestasse não apenas serviços jurídicos, mas também abrangesse a atuação de outros profissionais no intuito de contribuir para que a mulher conseguisse sair da situação de violência.

Além disso, foi nessa mesma década que houve a criação das delegacias de polícia especializadas, possibilitando pela primeira vez o levantamento de dados sobre a violência contra as mulheres e contribuindo com a formulação de novas políticas e serviços públicos e privados de proteção e combate (MASSULA, 2006).

Já nos anos 1990 o destaque é o surgimento dos serviços especializados de saúde que passaram a atender também casos específicos de violência contra as mulheres, com destaque para a violência sexual. Foi em 1998 que o Ministério da Saúde elaborou a Norma Técnica “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes”, incluindo os atendimentos de prevenção e tratamento da violência sexual para mulheres e meninas.

Essa norma regulamentou o artigo 128 do Código Penal Brasileiro, inciso II, permitindo o abortamento nos casos de gravidez resultante de estupro. É nesse período que surgem também os Conselhos e Coordenadorias de Defesa dos Direitos das Mulheres, em que um dos seus objetivos era o acompanhamento e monitoramento dos serviços públicos de atendimento disponíveis (MASSULA, 2006).

No que se refere ao século XXI, em 2002 a então Secretaria da Mulher, que era ligada ao Ministério da Justiça, passou a se vincular à Presidência da República, tornando-se Ministérios e trocando o nome para Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Merece destaque também a promulgação da Lei Nº 10.778, de 2003, que procurou estabelecer a notificação compulsória no território nacional dos casos de violência contra a mulher que forem atendidos em serviços de saúde públicos ou privados (MASSULA, 2006).

Esse instrumento é fundamental para acompanhar o índice das ocorrências uma vez que a maioria das mulheres não registram queixa nos serviços de segurança pública. Padronizada pelo Ministério da Saúde, o instrumento recebe o título de Ficha de Notificação/Investigação Individual de Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências Interpessoais.

Diante disso, percebe-se que com a inserção dos serviços de saúde na rede de atendimento às mulheres em situação de violência, há o reconhecimento público de que essa violação aos direitos humanos é mais do que uma questão de segurança, mas de saúde pública.

Atualmente, está firmado que a estratégia de enfrentamento à violência contra a mulher se constitui na perspectiva de “atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção” (SPM, 2017, s.p). Nesse sentido, trata-se de políticas promovidas não só pelo Estado, mas também pelas entidades do chamado Terceiro Setor e pela sociedade, o que demonstra a co-responsabilidade entre esses segmentos no desenvolvimento das ações de prevenção e combate à violência contra a mulher.

Segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres (2017), a rede no Brasil de forma geral é organizada em 6 (seis) segmentos, sendo eles: serviços especializados de atendimento à mulher; serviços de atendimento geral; órgãos de informação, orientação e políticas públicas; serviços de segurança, justiça e defesa social; grupos e organizações da sociedade civil; e órgãos de fiscalização de atuação funcional.

No âmbito dos Serviços Especializados, ou seja, aqueles que atendem exclusivamente mulheres e que pelas legislações devem possuir conhecimento amplo no tema da violência contra as mulheres, há os serviços de abrigo; serviços de saúde especializados para o atendimento dos casos de violência contra a mulher; núcleos/defensorias especializadas de atendimento à mulher; juizados especiais, principalmente no que diz respeito aos

Juizados/Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM); e os Centros Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Já os Serviços de Atendimento Geral que não são especializados no atendimento à mulher, mas que pode ser uma porta de entrada das demandas das mulheres vítimas de violência, a SPM classifica como sendo os Núcleos de Discriminação de Gênero e Raça das Delegacias Regionais do Trabalho; os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), além das Defensorias Públicas.

Os Órgãos de Informação, Orientação e Políticas Públicas são aqueles responsáveis “pela formulação, execução e controle de políticas públicas para as mulheres e serviços de orientação e informação às mulheres em situação de violência” (SPM, 2017, s.p.), o que compõe os organismos governamentais de políticas para as mulheres e os Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais de Direitos das Mulheres.

No que se refere aos Serviços de Segurança, Justiça e Defesa Social, há os Ministérios Públicos (tanto no âmbito federal e estadual, além do Distrito Federal como nos territórios) e a Polícia Federal. Enquanto isso os Grupos e Articulações da Sociedade Civil abarcam o universo dos movimentos sociais e coletivos, além de instituições comunitárias ou filantrópicas e, outros serviços de atendimento jurídico. Ademais, os Órgãos de Fiscalização de Atuação Funcional envolvem as coordenadorias das DEAMs, a corregedoria da Polícia Militar e outras corregedorias.

Percebe-se com essas informações sobre a atuação da Rede de Proteção e Enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil que há uma diversidade de órgãos que atuam diretamente ou indiretamente com a temática, demonstrando assim um universo de possibilidades de atuação.

No entanto, embora haja uma quantidade significativa de órgãos que existem para atuar nessa perspectiva, os dados da violência no Brasil apontados pelos institutos de pesquisa vêm demonstrando uma constância no índice de violência ao longo dos anos ou uma redução não muito significativa, elemento que levanta o questionamento sobre a diminuição da ocorrência dos estupros ou o aumento da subnotificação.

Ademais, muitos são os estudos da atualidade que vêm apontando as dificuldades e os limites dessa rede, constituindo-se nos desafios do cotidiano de execução das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Para Pandjarian (2006), em termos de legislação houve um significativo ganho e mudança no paradigma político-jurídico brasileiro fruto dos processos de reivindicação dos movimentos e organizações feministas e de mulheres tanto no país quanto em nível internacional. No entanto, muito ainda tem que se avançar.

São processos históricos mistos que não andam de forma linear. Todo aporte legal que busca coibir ou punir a violência contra a mulher se fundamenta com base nas transformações societárias em curso, o que significa dizer que há um processo de avanços e retrocessos na conquista de direitos.

A autora destaca a importância da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, que acataram 80% das reivindicações, consagrando assim numa Constituição Federal que eleva o valor da igualdade e não discriminação e coloca como responsabilidade do Estado criar mecanismos para coibir a violência no âmbito doméstico e familiar, principal local de expressão da violência contra as mulheres (PANDJIARJIAN, 2006).

Além disso, a autora ressalta a conquista do Novo Código Civil, aprovado em 2001 que eliminou perspectivas discriminatórias de gênero. Já no âmbito do Código Penal o processo de mudanças foi mais difícil. Apesar das dificuldades, houve a aprovação de projeto de lei prevendo a eliminação de termos discriminatórios como “mulher honesta”, a retirada de delitos como o adultério, rapto, sedução etc (PANDJIARJIAN, 2006). Nesse contexto, acrescenta-se também a Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida também como Lei Maria da Penha que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

No entanto, mesmo com esse significativo avanço nas legislações, no Brasil há uma distância entre o aparato normativo e a aplicação da lei na realidade concreta cotidiana em virtude da presença de diversos fatores e determinantes que particularizam a perspectiva de atuação do Estado nesse país. É nesse sentido, portanto, que Massula (2006) pondera a existência da dificuldade do acesso à justiça, o que obstaculiza as ações de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.

Diante disso, a autora pontua alguns elementos para explicar a dificuldade de acessar a justiça na América Latina: 1) Desconhecimento – dos direitos sociais; 2) Descrença – na eficiência do poder Judiciário, principalmente no que se refere à burocratização do sistema; 3) Direito ou serviço? – presença de uma visão mercadológica do judiciário, que ao negar direitos aos cidadãos condiciona-os à busca por serviço jurisdicional, além de outros fatores conjunturais de deficiência na intersectorialidade entre as políticas sociais; 4) Distanciamento – a dificuldade de acesso geográfico ou institucional, esta segunda expressa na arquitetura imponente dos fóruns e tribunais, na linguagem rebuscada e nas vestimentas adotadas, promovendo um distanciamento entre trabalhadores e usuários do Judiciário; 5) Pobreza – uma vez que para a autora qualquer obstáculo ao acesso à justiça é intensificado pela pobreza (MASSULA, 2006).

Nesse âmbito, outros desafios são postos à rede de atendimento e proteção às mulheres. Em pesquisa sobre os avanços e desafios da Lei Maria da Penha na implementação das políticas de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no Estado do Rio Grande do Sul, Grossi et al (2012) obtiveram como resultados uma realidade que está presente no Brasil todo.

As autoras perceberam que há problemas em relação ao horário de funcionamento dos serviços que compõem a rede de proteção (GROSSI et al, 2012). Nos casos de violência sexual, por exemplo, que predominantemente ocorre em períodos fora do horário comercial de trabalho, não existem Delegacias Especializadas em todo o território nacional funcionando 24hs.

Além disso, as autoras questionam se a segurança da mulher consegue ser assegurada apenas com uma medida protetiva, mostrando como possibilidade mais efetiva o desenvolvimento de programas de reabilitação para homens agressores, constituindo-se como um espaço para discutir e fazer com que eles possam se responsabilizar pelo delito, contribuindo assim para desmistificar as relações baseadas na discriminação de gênero

Ademais, verifica-se a dificuldade da intersectorialidade entre as políticas públicas que não ocorrem de forma natural, mas muitas vezes sob a requisição de um juiz. Todavia, parte-se do entendimento de que é necessário uma articulação entre os trabalhadores dos serviços para que haja uma construção compartilhada da rede de atendimento, objetivando assim nas mudanças dos processos técnico-operativos necessários para maior qualificar a prestação dos serviços.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência sexual, de todas as violências que acometem a mulher, é a que traz maior repúdio social. Em presídios, por exemplo, se os privados de liberdade descobrem que algum homem daquele círculo foi preso por estuprar uma mulher ele, se torna alvo para ser perpetrado por outros presos.

No entanto, esse comportamento contrasta com a realidade do índice de violência contra mulheres, que é muito comum e recorrente no dia a dia de todo/a brasileiro/a. Diante disso, a contradição aparente não deixa claro um viés mais profundo, que está na essência da questão: o patriarcado. Quando há violência sexual contra a mulher, para a vítima, há um corpo violado. Na visão do sistema de dominação em que os homens possuem poderes sobre as mulheres, o que houve foi uma invasão de propriedade de outro homem – pai, esposo, namorado, companheiro da vítima.

Nesse sentido, uma das principais estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher tem sido a desconstrução desses valores de dominação e a formulação de políticas públicas de fortalecimento da rede de atendimento. É tendo em vista essa visão global que este trabalho situou-se no campo de contribuir com o levantamento de dados e discussões sobre a ocorrência da violência sexual no Brasil e em Macaíba, compreendendo a importância que esse tipo de sistematização pode ter para embasar a atuação da Rede de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Sexual.

Partindo da experiência do estágio supervisionado em Serviço Social no Centro de Educação e Pesquisa em Saúde - CEPS Anita Garibaldi, o objetivo do Trabalho de Conclusão de Curso não ficou centrado porém na atuação da profissão. Todavia, assume-se a compreensão e reconhecimento de que desde a década de 1990 essa categoria vem se consolidando amplamente também no campo da pesquisa e da investigação, como um processo constitutivo do exercício profissional e longe do aspecto fiscalizador da pobreza, destacando-se enquanto grupo que melhor consegue fazer uma leitura da realidade.

Além disso, o Código de Ética profissional explicita a necessidade da busca pela melhoria do atendimento e dos serviços prestados pela/o assistente social, cujo caminho defendido ao longo desse TCC pode ser refletido através da sistematização do trabalho, seja ele da equipe do Serviço Social ou da equipe multiprofissional.

Diante do exposto, buscou-se investigar uma realidade bastante discutida no espaço institucional em que se realizou o estudo, mas que existe pouca sistematização dos dados. O trabalho vem então contribuir, mesmo que de forma limitada em virtude da não coleta dos dados propostos inicialmente por questões burocráticas, para pensar o que está por trás da demanda de atendimento da violência sexual contra mulheres e os elementos necessários para vislumbrar a melhoria da rede de atendimento. Sendo assim, alguns resultados foram encontrados durante o estudo.

Foi possível perceber que os dados da violência sexual contra as mulheres no Brasil registrados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não refletem o retraimento real desse tipo de violência, apesar dos números relativos a 2014 e 2015 demonstrarem isso. Eles apontaram uma diminuição muito pequena, mas que não condiz com a realidade uma vez que aumentam o número dos casos subnotificados, registrados no documento da Notificação Compulsória, do Ministério da Saúde.

Outro elemento é que a discrepância entre os estados do Norte-Nordeste e o eixo Centro-Sul também parecem não condizer com a trajetória histórico-social de formação dos Estados da federação, uma vez que a pesquisa do IBGE demonstrou que o maior número de ocorrências se encontram nos Estados do segundo eixo apontado anteriormente. Mas sabe-se que a realidade do Norte e Nordeste é historicamente ressaltada como espaços que predominam a relação de poderes dos homens sobre as mulheres.

Diante disso, cabe aqui o questionamento se o índice de violência sexual contra mulheres nos estados do Norte e Nordeste verdadeiramente são menores ou se o que há mesmo é o maior índice de subnotificação em relação às outras realidades brasileiras.

Nesse campo, cabe dizer que uma vez que esses dados dizem respeito ao número de denúncias prestadas nos órgãos da segurança pública e não às ocorrências de fato, a Notificação Compulsória realizada pelos serviços de saúde públicos e privados é um instrumento extremamente rico para o processo de pesquisa e investigação sobre a realidade como ela se apresenta.

Além disso, ele serve para que o Estado, tanto no âmbito federal e estadual quanto municipal, planeje ações no sentido da erradicação da violência contra a mulher, a partir de como ela se apresenta no país: local predominante, a violência mais frequente, perfil da maioria das vítimas (cor, raça, etnia, idade, classe social, escolaridade etc) objetivando que

essas informações sirvam de norte para o planejamento e a implementação de políticas públicas.

Outro elemento importante, utilizado para a discussão da temática nas particularidades do município de Macaíba, diz respeito à transversalidade da pobreza enquanto conceito categorial e realidade concreta da cidade. Longe de buscar uma relação direta de causa e efeito entre violência e pobreza, os autores mostraram que a privação do acesso aos bens, serviços, trabalho, direitos sociais, cultura, lazer, etc são sim fatores que podem influenciar na existência da violência, mas não a determina.

Portanto, não são apenas as mulheres pobres que sofrem violência sexual, mas é esse grupo que mais aparece nos editoriais divulgados na mídia. Isso ocorre porque a mulher rica e branca vivencia a violência de forma mais privada, reclusa ao ambiente doméstico, enquanto que as negras e pobres ganham repercussão pública.

No que se refere à atuação da Rede de Proteção, as(os) autoras(es) utilizados na discussão ao longo do trabalho demonstraram reconhecer a importância do aparato jurídico-normativo no combate à violência sexual contra as mulheres, ressaltando os avanços na realidade brasileira, mas ponderou a atuação dessa rede. As(os) estudiosas(os) mostraram a insuficiência da legislação e dos equipamentos sociais como estratégia de enfrentamento por diversos motivos, dentre eles a falta de capacitação dos trabalhadores diante da temática e a falta de recursos.

Todavia, há também possibilidades concretas que independem da atuação do Estado e que pode ser realizada pela equipe multiprofissional: a sistematização e publicização dos dados encontrados nos espaços sócio-ocupacionais de trabalho. O reconhecimento desse elemento levanta a questão da articulação e discussão em equipe como processo necessário para a busca da melhoria do atendimento, mas aponta também como uma estratégia de enfrentamento a investigação da realidade social para subsidiar o planejamento das ações nos atendimentos às vítimas de violência sexual.

Nesse contexto, propõe-se ao campo em que foi realizado o estágio a coleta dos dados ao longo do cotidiano de trabalho e a elaboração de relatórios de acompanhamento do Serviço de Referência para Atenção a Crianças, Adolescentes e Mulheres Vítimas de Violência Sexual. O debate desse tipo de documento é fundamental para ser realizado com a equipe multiprofissional que compõe a rede de atendimento no município de Macaíba e pode ser

fomentada pelo CEPS Anita Garibaldi, uma vez que já tem reconhecimento público da sua metodologia de atuação e de cuidado com a população usuária do Sistema Único de Saúde.

Ademais, um documento dessa natureza pode servir de subsídio para que órgãos públicos da cidade, como a prefeitura municipal, a Polícia Civil o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte tenham acesso às informações necessárias sobre o índice de violência sexual em Macaíba que aparecem nos serviços de saúde, através do instrumento da Notificação Compulsória, mas que não refletem nos dados estatísticos de denúncias prestadas. São realidades diferentes porque há um lastro entre o número de mulheres violentadas, que sempre são atendidas nos serviços de saúde, e aquelas que conseguem denunciar a violência aos órgãos da segurança pública, uma parcela reduzida.

Para que isso aconteça, faz-se necessário a ampliação do quadro profissional, principalmente da categoria que é amplamente reconhecida pela formação acadêmica generalista e investigativa, possibilitando a apreensão dos diversos elementos que compõem a realidade social, e balizar no conhecimento da realidade brasileira, o Serviço Social.

Diante de tudo o que foi exposto, percebe-se que a temática da violência sexual ainda hoje requer discussão e aprofundamento, uma vez que mesmo com leis e políticas públicas que tratam do enfrentamento à violência contra a mulher, os indicadores mostram que essa realidade persiste e é alarmante.

É diante desse contexto que, mesmo nos dias atuais com alguns avanços alcançados pelo movimento feminista, é de extrema importância o estudo da temática já que persiste e aprofunda-se na sociedade contemporânea a percepção de que o homem tem o poder e o direito de punir o que ele percebe como desvio sendo, portanto, tolerado e legitimado pela sociedade, o que favorece para que as mulheres não deem seguimento às denúncias.

É nesse sentido, portanto, esse trabalho teve como principal importância a realização do estudo da violência sexual contra a mulher no município de Macaíba. Compreende-se o trabalho como um pontapé inicial no processo de investigação sobre essa realidade que ainda não há muitos dados registrados, mas ressaltando que o estudo não se esgota aqui.

É a ausência de dados específicos referentes a essa realidade que conflui para criar e fortalecer os obstáculos postos às estratégias de enfrentamento. Sendo assim, é necessário desvendar essa realidade, trazendo à tona não só os números da violência, mas problematizá-los numa perspectiva de tentar desvelar o real a partir dos determinantes sociais que influenciam essa expressão da Questão Social.

Portanto, é fundamental, ter como perspectiva a contribuição no fortalecimento ou criação das políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra a mulher, além de corroborar com a rede de proteção às mulheres, através da realização de ações cotidianas como, por exemplo, as pesquisas sociais. Esta deve ser vista não como um elemento de caráter exclusivo e nos moldes da exigência acadêmica universitária, mas como constitutiva de todo processo de trabalho daqueles que buscam, no horizonte da emancipação humana, realizar por meio de ações concretas cotidianas a justiça social.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Claudia de Freitas; SILVA, Lidianny Alves da. Cenário institucional do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde CEPS Anita Garibaldi. Natal, 2016.

AASDAP. Nossa história. Disponível em: <<http://aasdap.org.br/institucional/nossa-historia/>>. Acesso em 04 de setembro de 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Lei Nº 9.637, de 15 de Maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9637.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9637.htm)>. Acesso em: 04 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. Lei No 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2006/lei/111340.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/111340.html)>. Acesso em: 9 de outubro de 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Instituto de Pesquisa DataSenado. Observatório da Mulher contra a Violência(OMV)). Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais. N. 1. Brasília: 2016. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR.pdf>>. Acesso em: 31 de agosto de 2017.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra; 2000. In: NJAINE, Kathie et al. Redes de prevenção à violência: da utopia à ação. Ciência & Saúde Coletiva, 11(Sup): 1313-1322, 2007.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados de saúde. Nota Técnica n. 11, IPEA. Brasília, 2014.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/rede>>. Acesso em: 29 de Agosto de 2017.

DREZETT, Jefferson. Violência sexual contra a mulher e impacto sobre a saúde sexual e reprodutiva. Revista de Psicologia da UNESP, 2(1), 2003.

FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 10. São Paulo, 2016. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/storage/10\\_anuario\\_site\\_18-11-2016-retificado.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf)>. Acesso em: 31 de Agosto de 2017.

GRISOTTI, Márcia; GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G. Visões parciais da pobreza e políticas sociais recentes no Brasil. Revista Katálysis Florianópolis v. 13 n. 2 p. 210-219 jul./dez. 2010.

GROSSI, Patrícia Krieger et al. Desenvolvimento e igualdade de gênero: avanços e desafios no enfrentamento da violência contra a mulher. Revista Temporalis. Brasília (DF), ano 12, n.23, p.153-169, jan./jun. 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.

IBGE. Brasil em síntese. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/macaiba/panorama>>. Acesso em: 17 de outubro de 2017b.

\_\_\_\_\_. Censo 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. Séries Estatísticas & Séries Históricas. Conceitos e definições: pesquisas econômicas. Disponível em: <[https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/pdfs/definicoes\\_economicas.pdf](https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/pdfs/definicoes_economicas.pdf)>. Acesso em: 17 de outubro de 2017a.

INSTITUTO SANTOS DUMONT. Institucional. Disponível em: <<http://www.institutosantosdumont.org.br/institucional/>>. Acesso em: 04 de setembro de 2017.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Macaíba (RN). Rio de Janeiro: IBGE, 1960. v. 17. p. 87-89 Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_17.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_17.pdf). Acesso em: 14 de setembro de 2017.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. Orientações básicas para a pesquisa. In: Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez; OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009

MASSULA, Leticia. A violência e o acesso das mulheres à justiça: O caminho das pedras ou as pedras do (no) caminho. In: DINIZ, Simone G. ; SILVEIRA, Lenira P. ; MIRIM, Liz A. (ogs). Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

---

Violência e saúde. Coleção Temas em Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

NICOLELIS, Miguel. Made in Macaíba: a história de criação de uma utopia científico-social no ex-império dos tapuias. 1 ed. São Paulo: Planeta, 2016.

PANDJIARJIAN, Valéria. Balanço de 25 anos da legislação sobre a violência contra as mulheres no Brasil. In: DINIZ, Simone G. ; SILVEIRA, Lenira P. ; MIRIM, Liz A. (ogs). Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Revista Katálysis, Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

SENADO FEDERAL, Observatório da Mulher Contra a Violência. Panorama da violência contra as mulheres no Brasil indicadores Nacionais e estaduais. 2017. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/indicadores.html>>. Acesso em: 10 de Abril de 2017.

SPM. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Disponível em: <[https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php?uf=SP](https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php?uf=SP)>. Acesso em: 29 de Agosto de 2017.

TONET, Ivo. Método Científico: uma abordagem ontológica. 2. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.